

Gênero e sexualidade na pesquisa em Educação: reflexos na atual conjuntura sociopolítica brasileira

Gender and sexuality in research in Education: reflections
in the current Brazilian socio-political context

Beatriz Castro Miranda

Graduanda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

beatrizcastromda@gmail.com

Recebido em: 15/07/2019

Aprovado em: 02/09/2019

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a abordagem do gênero e da sexualidade em trabalhos da pesquisa em Educação e, por meio das perspectivas oriundas de tais produções, analisar a crise política pela qual o Brasil se encontra. Para além de questões teóricas, o texto propõe refletir sobre a construção de projetos pedagógicos que excluem o debate do gênero e da sexualidade e quais são as consequências dessa exclusão na vida em sociedade, ampliando a discussão para as questões de *bullying*, formação de professores e saúde pública.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Educação.

Abstract: This article aims to discuss the approach of gender and sexuality in research work in Education and, through the perspectives of such productions, to analyze the political crisis for which Brazil finds itself. In addition to theoretical questions, the text proposes to reflect about the construction of pedagogical projects that exclude the debate of gender and sexuality and what the consequences of this exclusion in life in society, broadening the discussion to encompass issues such as bullying, teacher formation and public health.

Keywords: Gender; Sexuality; Education.

Introdução

Desde o ano de 2013, a partir das manifestações de julho, que foram seguidas pelo golpe que tinha como objetivo o afastamento de Dilma Rousseff da presidência, o Brasil vivencia uma crise política que ameaça os princípios da democracia. O surgimento de uma nova direita acalentada por grupos políticos conservadores e antiprogressistas colocou em pauta discursos que caminham na direção contrária às últimas conquistas sociais dos setores minoritários da população. O avanço dos direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas e dos LGBTQI+ é um dos alvos da indignação de tais grupos que utilizam como argumentos a religião, a moral e os valores da família tradicional.

As questões de gênero e das sexualidades tornaram-se palcos para conflitos intensos entre os diferentes grupos políticos, sendo que um dos principais meios em que esses embates ocorrem foi a internet, por ser um ambiente que tende a ser mais horizontalizado e que permite a anonimidade. Desde redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, e até mesmo em comentários de sites de notícias, as diferentes posições se colocam e veem nessas plataformas um espaço aberto para que possam defender suas ideias. O termo “ideologia de gênero” surge nesse contexto para deslegitimar e estereotipar negativamente os Estudos de Gênero.

Sigmund Freud, Michel Foucault, Joan Scott e Judith Butler são alguns dos pesquisadores que se propõem a pensar os gêneros e as sexualidades e que são bastante utilizados por pesquisadores da Educação interessados em discutir o espaço escolar, o currículo e a pedagogia atrelados às materialidades do corpo e aos essencialismos acerca dos muitos indivíduos e de suas diversas características.

Nesse sentido, tendo em vista a atual conjuntura político-social brasileira, que questiona a legitimidade da existência de sujeitos que estão para além do modelo considerado normal e natural por vias conservadoras e religiosas, este artigo busca discutir as influências e as contribuições das pesquisas em Educação que abordam as questões do corpo, do gênero e da sexualidade no processo pedagógico e no espaço escolar.

O corpo, os gêneros e as sexualidades na pesquisa em Educação

A partir dos anos 1960 o debate questionador sobre o sujeito, a noção de cultura, de ciência, de arte, intensifica-se. Nesse momento, a “diferença” passou a ser foco do debate e tem-se a emergência dos Estudos Culturais, da História pós-colonial, do pós-modernismo, dentre outros campos teóricos das humanidades e das ciências sociais, sendo as teorias oriundas desse contexto as bases utilizadas pelos pesquisadores de gênero e sexualidades na Educação.

Em *A produção cultural do corpo* (2013), Silvana Vilodre Goellner afirma que o corpo é “mais do que um dado material” sendo, na realidade, uma construção em que marcas são conferidas nos diferentes tempos, espaços e grupos sociais. Essa conceituação se faz necessária para iniciar o debate acerca do gênero e das sexualidades pelo fato de que esse corpo, compreendido como uma construção, é nomeado e classificado também pela linguagem. Nesse sentido, a linguagem confere os conceitos de normalidades e de anormalidades sobre os corpos, atendendo a critérios culturais, políticos e históricos.

Dessa forma, Goellner pontua que a ciência do século XIX buscou classificar e analisar o corpo, objetivando a sua utilidade e produtividade. É a partir desse contexto que a escola surge como um espaço que deve instruir moralmente e fisicamente as crianças e os jovens e interiorizar concepções morais e valores que fossem capazes de expressar signos, normas e marcas corporais que a sociedade industrial e o discurso médico-higienista exigiam, pensando os corpos enquanto produtivos para o mundo do trabalho.

A partir dessa função, a escola institui modelos legítimos e adequados a serem seguidos, como abordado por Guacira Lopes Louro (2013). Para a autora, é por meio dessas padronizações que a educação define uma posição central considerada não-problemática, ou seja, um modelo a ser seguido de sexualidade: a heterossexualidade; e para aqueles que se desviam da posição central são embutidas as definições de excêntricos e problemáticos¹. Tais discursos refletem hierarquias sociais que são atribuídas aos sujeitos e, para Louro, caberia aos educadores questionarem as formas de construção e os significados desses discursos, que instituem e marcam as diferenças, além de seus mecanismos, como o currículo.

Louro discute em *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (2008) novamente a questão do currículo e da produção escolar das diferenças e das desigualdades. Compartilhando do pensamento da autora e da concepção foucaultiana de disciplina cabe aqui destacar que a escola, ainda que sob novos moldes, permanece marcando distintivamente os sujeitos por meio de diversos mecanismos que podem soar, muitas vezes, modestos e silenciosos, mas que ainda são utilizados para fabricar os indivíduos. Nesse sentido, “a tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como ‘natural’”. (LOURO, 2008, p. 63)

A partir dessa visão crítica do que é o natural e o universal, é importante ressaltar que o silenciamento também é produtor de discursos. As narrativas inviabilizadas dos alunos e das alunas “excêntricas(os)” resultam na eliminação desses sujeitos, seja subjetivamente, seja fisicamente. A negação, segundo Louro (2008, p. 71-72), “dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às ‘gozações’ e aos ‘insultos’”, fomentando um espaço violento e excludente que acaba por radicar nas subjetividades dos próprios jovens LGBTQI’s a autoimagem de desviantes, indesejados e ridículos. Dessa forma, a vivência desses indivíduos passa a ser pautada

¹O termo *queer*, em português excêntrico ou estranho, foi utilizado a partir de 1922 para se referir a “homossexual” de um ponto de vista pejorativo. Atualmente, a comunidade LGBTQ+ apropriou-se do termo e o ressignificou.

no silenciamento e “aprender a se esconder torna-se parte do capital sexual da pessoa”. (BRITZMAN, 1996, p. 83)

Ademais, os estudos de corpo, gênero e sexualidades na Educação aqui discutidos compartilham da ideia de que a escola não está relegada à transmissão e à produção de conhecimento, mas que ela produz sujeitos e identidades étnicas, de gênero e de classe, alimenta relações de desigualdades e está comprometida com a manutenção de determinados paradigmas da sociedade em que está inserida. O incômodo e a inconformidade por parte dos participantes no processo pedagógico, incluindo os próprios estudantes, são justificativas para questionar e interferir na continuidade desse cenário.

Por fim, compartilhando das discussões de Louro e Britzman, torna-se possível conceber que a sexualidade está na escola, assim como em diversos espaços sociais, justamente por fazer parte do sujeito, “ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’” (LOURO, 2008, p. 81). Sendo assim, a sexualidade em si mesma não é um problema, em verdade, ela é o lugar sob o qual os problemas são afixados, os debates são instituídos, os conflitos sociais e morais se instauram. Assim,

a questão deixa de ser, neste caso, a “identificação” das diferenças de gênero ou de sexualidade, percebidas como marcas que preexistem nos corpos dos sujeitos e que servem para classificá-los, e passa a ser uma questão de outra ordem: a indagação de como (e por que) determinadas características (físicas, psicológicas, sociais etc.) são tomadas como definidoras de diferenças [...] e, ainda, que a nomeação da diferença é ao mesmo tempo e sempre, a demarcação de uma fronteira. (LOURO, 2013, p. 48)

A questão de gênero e as sexualidades na conjuntura político-social brasileira

A proposta e a homologação da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, foram palcos de intensas discussões ao longo de 2017 e nos anos seguintes. Proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE), a BNCC tem como função ser um documento orientador que estabelece objetivos de aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica no Brasil. Dessa forma, a construção do texto deveria contemplar os interesses de diversos grupos do campo educacional e também da sociedade, fazendo-se necessária a participação de gestores, professores, pais, estudantes e cidadãos em geral. Entretanto, o que se viu na construção da BNCC foi um processo verticalizado e reducionista que atende a interesses de grupos políticos específicos e que não dialoga, de fato, com os profissionais da educação e com as demandas sociais. Para Salomão Fernandes e Fernando Cássio (2017), em um ensaio para o jornal digital Nexa, a BNCC “nasce em

falso, parcial, sem condições institucionais de implementação e sem legitimidade capaz de lhe assegurar a adesão genuína de educadores e gestores” (XIMENES & CÁSSIO, 2017).

Um dos pontos criticados na BNCC diz respeito à retirada das palavras “gênero” e “orientação sexual” da última versão do texto. Quando questionado pelo jornal O Globo (2017) acerca da supressão dos termos a justificativa do Ministério da Educação para a mudança seria a de que o documento “passou por ajustes finais de editoração/redação que identificaram redundâncias” e que “em momento algum as alterações comprometeram ou modificaram os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular”.

No entanto, a ausência de tais termos evidencia um discurso que boa parte dos parlamentares evoca, incluindo o atual presidente, Jair Bolsonaro, e a denominada “bancada evangélica”². Compartilhando da ideia de Anna Penido, do Instituto Inspirare, a ausência dos termos “gênero” e “orientação sexual” deixa explícita a tentativa do MEC de evitar polêmicas e do receio em sofrer pressão por parte de grupos mais conservadores da sociedade apoiados, principalmente, nos representantes políticos citados anteriormente. Nesse sentido, a BNCC acabou por abrir mão de pautas de magnitude social e política em detrimento de demandas conservadoras e discriminatórias.

Mas qual a importância de se discutir gênero e sexualidade nas escolas? Reiterando a argumentação de Louro (2008) de que a sexualidade é parte inerente do indivíduo e que o lugar da sexualidade é “qualquer lugar”, como discutido por Britzman (2007), alguns pontos precisam de ser evidenciados. O primeiro deles diz respeito à formação de professores e, mais especificamente, de professoras. Em pesquisa realizada por Patrícia Balestrin e Priscila Dornelles (2007) sobre corpo, gênero e sexualidade no curso Normal, as pesquisadoras ressaltaram os processos “dessexualizantes” pelos quais as professoras passam, destacando a noção de suprimir e sublinhar a sexualidade dessas mulheres. Segundo as autoras, “estudos sobre a feminização do magistério mostram que desde as primeiras professoras que receberam formação específica para o ofício, tinha-se esta expectativa de que fossem ‘assexuadas’ [...]” (BALESTRIN e DORNELLES, 2007, p. 3).

Percebe-se que as questões de repressão das sexualidades e da manutenção do corpo, seja para com as/os estudantes seja para com as professoras, estão há muito presentes na Educação,

² “Bancada evangélica” ou “bancada da Bíblia” são termos utilizados para se referir a uma frente parlamentar do Congresso Nacional do Brasil composta por políticos evangélicos de partidos políticos distintos.

principalmente a partir da virada do século XIX para o XX, contexto no qual o magistério tornou-se uma ocupação majoritariamente feminina. Dito isso, cabe ressaltar a discussão de Britzman (2007) sobre a repressão no discurso da Psicanálise, sendo ela definida como o ato de afastar-se, o ato de ignorar e esquecer uma ideia. Assim, desde muito cedo enraizadas nos papéis sociais impostos ao gênero feminino, as mulheres aprendem a reprimir os seus desejos e a silenciar a sua sexualidade, exercício esse que é reiterado no processo de formação de professoras e na própria profissão, dificultando que elas proporcionem debates para com os e as estudantes sobre as questões do corpo e da sexualidade, já que foram, desde muito novas, colocadas no lugar do silêncio e do não-dito.

Além disso, debater gênero, corpo e sexualidade na educação se faz necessário quando são analisados alguns dados. Em pesquisa realizada no ano de 2009 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) foram coletados dados que apontaram que as principais vítimas de *bullying* escolar são estudantes negros e homossexuais. Foram entrevistadas 18.599 pessoas, entre alunos, pais e professores, em que 94,2% deles admitiram ter algum preconceito étnico-racial e 87,3% preconceitos relativos à orientação sexual (XIMENES & CÁSSIO, 2017). Esses dados mostram que a escola é um espaço de disseminação e de fortalecimento de desigualdades que estão presentes na sociedade e que, quando não trabalhados de forma eficaz, promovendo debates e diálogos, acaba por alimentar tais injustiças.

No que diz respeito ao combate à discriminação, o governo federal lançou, em 2004, o programa Brasil Sem Homofobia com o objetivo de combater a violência e o preconceito contra a população LGBTQI+ (composta por travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e outros grupos). O material, que era composto por 3 vídeos e guia de orientação aos professores, tinha como objetivo debater a sexualidade no ambiente escolar, de forma a reconhecer a diversidade sexual e alertar sobre o preconceito. Em maio de 2011, o então deputado federal Jair Bolsonaro, atual presidente da República, distribuiu panfletos na porta de escolas do Rio de Janeiro alegando que o MEC e grupos LGBTQI+ estavam incentivando o “homossexualismo” e tornando os “nossos filhos presas fáceis para pedófilos”. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”, dizia o panfleto. Bolsonaro apelidou o material de “kit gay”.

A manipulação do “kit gay” foi um impulsionador vigoroso para o protagonismo mais recente do projeto e movimento Escola Sem Partido, lançado em 2004, pelo procurador do estado

de São Paulo, Miguel Nagib. O projeto se coloca enquanto defensor da liberdade dos estudantes em relação ao professor, no sentido do respeito aos posicionamentos políticos e ideológicos dos alunos, já que, na visão do movimento e daqueles que o apoiam, os professores estariam doutrinando os estudantes. Como bem aponta Gaudêncio Frigotto (2016), um dos argumentos basilares da “Escola Sem Partido” é a tese da “Liberdade de Ensinar” e o que se elimina e combate é justamente a liberdade de educar. O autor se refere ao projeto sempre entre aspas, “Escola Sem Partido”, pois para ele trata-se da defesa, por seus apoiadores, “da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc.” (FRIGOTTO, 2016)

Em questão de saúde pública os números são ainda mais alarmantes. Na pesquisa “Juventude, Comportamento e DST/Aids”, realizada pela Caixa Seguros com o acompanhamento do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), foram entrevistadas 1.208 pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos no ano de 2012, sendo que quatro em cada dez dos entrevistados admitiram não ter usado preservativo em sua última relação (BERNARDO, 2018). Segundo o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, do Ministério da Saúde, a taxa de infectados pelo HIV explodiu entre 2006 e 2015 nas faixas de 15 e 19 anos (variação de 187,5%, com a taxa passando de 2,4 para cada 100 mil habitantes, para 6,9) e de 20 a 24 anos (alta de 108%, passando de 15,9 para 33,1 infectados a cada 100 mil habitantes) (SILVA, 2017). Tais resultados evidenciam a urgência de uma educação sexual eficaz e que promova a prevenção sem necessariamente utilizar o discurso do medo e da ameaça.

O estudo de Robert Bastien apresentado na Conferência sobre HIV/AIDS em Genebra, em 1998, e utilizado no debate de Britzman (2007) destaca o endurecimento da educação sexual e propõe que outras abordagens sejam discutidas. Para Bastien, os estudantes não têm outra escolha se não a de responder ao que o professor espera, o que reduz as questões da sexualidade ao espaço das respostas certas ou erradas. O pesquisador destaca a importância da existência de um diálogo franco para que haja uma compreensão genuína da sexualidade humana. Assim, Britzman (2007) aponta para um modelo de educação que seja pautado no diálogo e na sociabilidade e destaca que os professores devem estar dispostos a estudar a postura de suas escolas, a perguntar como o conteúdo pedagógico afeta a curiosidade dos estudantes e, acima de tudo, que precisam de coragem política em uma época na qual se tornou impopular levantar temas sobre a sexualidade.

As contribuições da teoria *Queer* para os currículos escolares

O termo em inglês *queer* pode ser traduzido para o português como “estranho”, “excêntrico”, “ridículo” e foi inicialmente utilizado enquanto um insulto, principalmente contra gays e lésbicas, reiterando a não normalidade desses sujeitos. Entre os anos 80 e 90, intelectuais que tinham como a sua base cardinal a teoria pós-estruturalista francesa assimilaram o termo e passaram a utilizá-lo para designar os estudos voltados à desconstrução das noções clássicas de sujeito, de identidade, de agências. O flerte com a psicanálise também é um ponto a ser destacado, já que, a partir de Freud e, mais tarde, de Lacan, o sujeito racional e coerente é distorcido, com a valorização do inconsciente, da divisão, e destacando a busca constante pela completude.

Michel Foucault também traz inúmeras contribuições à teoria *queer* quando discute a sexualidade, desconfiando dos silêncios e problematizando os discursos e os seus efeitos. Paralelamente, temos Jacques Derrida, cuja pesquisa traria, para teóricos e teóricas *queer*, o método mais produtivo para as operações de desconstrução. Segundo a filosofia derridiana, o ocidente opera por meio de binarismos: tem-se o sujeito primordial e o “outro”, que estaria subordinado ao primeiro; e a desconstrução do discurso, assim como do método, se daria a partir da perturbação dessa relação binária de superioridade *vs.* inferioridade.

Trabalhando para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada pólo é, em si mesmo, fragmentado e plural. Para os teóricos/as *queer*, a oposição heterossexualidade/homossexualidade – onipresente na cultura ocidental moderna – poderia ser efetivamente criticada e abalada por meio de procedimentos desconstrutivos. (LOURO, 2001, p. 548)

O trabalho de Judith Butler, uma das mais renomadas teóricas *queer*, discute que a sociedade constrói normas que regulam e materializam o sexo dos indivíduos e que tais normas precisam de ser constantemente repetidas. Esse ato de repetição demonstra a inconformidade dos corpos para com as normas regulatórias, portanto, têm caráter performativo, devido a essa necessidade inerente de serem reiteradas. Butler desenvolve a noção da linguagem enquanto um constructo dos corpos e dos sujeitos e também constrói a sua teoria com uma visão crítica a respeito da oposição binária heterossexual/homossexual.

A partir desse breve resumo sobre a teoria *queer* e alguns de seus pensadores, pode-se discutir a possibilidade de uma articulação entre a mesma e a Educação. Seria possível elaborar uma pedagogia e/ou um currículo associado ao *queer*? Segundo Louro (2001), sim. Para a autora, a teoria

permite pensar o ambíguo, o múltiplo, a fluidez das identidades sexuais e de gênero, sendo assim, é ela mesma subversiva, pois sugere novas possibilidades para se pensar a cultura, o conhecimento, o poder e, claro, a educação. Um currículo *queer* estaria voltado para o processo de produção das diferenças e trabalharia a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Assim, como bem aponta Louro, a diferença não seria apenas tolerada e ausente do espaço, mas estaria presente pensando-se a denúncia da negação e a desconstrução dos processos que buscam normatizar os sujeitos marginalizados.

Uma educação e um currículo associados à teoria *queer* seriam subversivos e provocadores, pois deslocam o que é o normal e o anormal; seriam uma pedagogia “não-canônica”, como define William Pinar (1998). Tal pedagogia promove os atos de questionar, de desnaturalizar, do pensar formas criativas para compreender as maneiras e as dimensões outras da existência humana. É uma educação que não pretende dar todas as respostas, mas possibilitar espaços de fala, de escuta, de questionamentos. A hierarquia existente hoje, em sala de aula, por vezes impossibilita espaços mais democráticos e plurais. Pensar uma nova maneira de se educar e de ser educado, em associação à teoria *queer*, permitiria o afastamento de uma aprendizagem puramente técnica e possibilitaria uma atitude dialógica na educação, em que é o diálogo “uma relação eu – tu, é necessariamente uma relação de dois sujeitos. Toda vez que se converte o ‘tu’ desta relação em mero objeto, ter-se-á pervertido e já não se estará educando, mas deformando.” (FREIRE, 1979, s. p.)

Considerações finais

Com base nas pesquisas discutidas sobre corpo, gênero e sexualidade no campo educacional e no apontamento de dados preocupantes e de cenários complexos da conjuntura político-social brasileira este artigo buscou articular como a pesquisa em Educação pode auxiliar no exercício da cidadania e num amadurecimento social em um contexto de crise. Nesse sentido, acredita-se que a ausência dos termos “gênero” e “orientação sexual” na BNCC refletem a ausência de diálogo existente entre as esferas da comunidade política e a academia, pois são muitas as pesquisas que abordam as questões de gênero e das sexualidades na Educação, na História, na Psicanálise, nas Ciências Sociais.

A ausência de um debate abrangente e participativo na elaboração da BNCC, dos currículos escolares e dos projetos político pedagógicos demonstram a ausência de sujeitos outros, os “excêntricos”, e a permanência de um modelo universal que ainda é colocado como o padrão a ser seguido. Tal cenário silencia realidades outras e, quando o debate é inviabilizado ou mesmo

inexistente, conseqüentemente acaba-se produzindo pensamentos conservadores e politicamente direcionados, excluindo e, até mesmo, atacando os sujeitos marginalizados. Esses pontos estão bastante evidentes no projeto Escola Sem Partido e na articulação de perseguição e de denúncia que o mesmo propõe.

Para além das questões de representatividade, o aumento nos casos de DSTs entre o público jovem demonstra a falha existente nos ambientes escolares em relação à abordagem da sexualidade humana. As lacunas podem ter várias razões e justificativas, mas é evidente que o tabu colocado sobre a sexualidade e o sexo em si é um enorme obstáculo para que ocorram discussões amplas e genuínas entre professores e estudantes a respeito do corpo.

Nesse sentido, é necessário que os cursos de formação de professores auxiliem esses novos profissionais a questionar criticamente o que lhes é imposto, incluindo as teorias que orientam o trabalho dos educadores. O embate entre as diferentes narrativas e identidades é inerente ao campo educacional, tendo em vista que a sala de aula é ela mesma um espaço de constante disputa, fazendo-se de suma importância que os professores estejam preparados para lidar com as questões que são despertadas, tanto pelos alunos quanto pelos professores e demais instâncias pedagógicas. O diálogo é a resistência mais tolerante e a relação entre a educação e a teoria *queer* possibilitaria tal exercício.

Cabe destacar a ideia de Judith Butler, de que

o “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade humana. (BUTLER, 2007, p. 155)

A discussão de Butler aborda a ideia da materialidade dos corpos e como essa materialidade é utilizada para marcar a diferença sexual, evidenciando o modelo universal heterossexual, masculino e branco. É função da escola acolher os diferentes sujeitos, respeitando suas singularidades, e dialogar com as visões muitas do que é a vida, do que é ser cidadão e do que é exercer a liberdade.

É válido lembrar que Judith Butler esteve em São Paulo, em 2017, para o lançamento de um livro e a apresentação de um seminário sobre democracia no Sesc Pompeia, tendo sido alvo de ataques e motivo para intensas manifestações organizadas por grupos que se diziam a favor das crianças, das famílias e contra a “ideologia de gênero”. A figura da filósofa foi transformada em uma boneca que remetia à figura de uma bruxa, com direito a chapéu negro pontudo, que foi

queimada em uma evidente relação com a perseguição a mulheres feiticeiras na Inquisição, iniciada no século XIII. Butler também foi agredida por uma manifestante no Aeroporto de Congonhas (FINCO, 2017). É passível de questionamento quais valores e qual moral esses grupos radicais defendem, pois atacam o pensamento que não os convém e promovem o cerceamento da liberdade do outro que pensa diferente. Esse cenário obscuro, de futuros fechados, é absurdamente atual na realidade brasileira, tendo em vista que o presidente Jair Bolsonaro é, ele mesmo, um denunciador e perseguidor das sexualidades outras e dos sujeitos marginalizados.

Referências bibliográficas

BALESTRIN, Patrícia Abel; DORNELLES, Priscila Gomes. **Um olhar sobre corpo, gênero e sexualidade num curso Normal: o que a Educação Física tem a ver com isso?** In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007, Recife. Livro de Resumos e programação/XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007. p. 1-281.

BERNARDO, André. **Doenças sexualmente transmissíveis não param de crescer.** Saúde Abril, abril de 2018. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/bem-estar/numero-de-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-nao-para-de-crescer/>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

BRITZMAN, Deborah. **Curiosidade, sexualidade e currículo.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Trad dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva - 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Trad dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva - 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização de Adultos e Conscientização.** In: Educação e mudança. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 79p. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf>. Acesso em 9 de julho de 2019.

FINCO, Nina. **Filósofa Judith Butler é agredida em Congonhas antes de deixar São Paulo.** Época- Globo, Rio de Janeiro, novembro de 2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofo-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **“Escola sem partido”: imposição da mordada aos educadores.** Revista Espaço Acadêmico, 2016. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2016/06/29/escola-sem-partido-imposicao-da-mordaca-aos-educadores/>. Acesso em 8 de julho de 2019.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **A produção cultural do corpo.** In: LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre; NECKEL, Jane Felipe (Orgs.). Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre; NECKEL, Jane Felipe (Orgs.). Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **A construção escolar das diferenças.** In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.* 10ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação.** In: *Revista Estudos Feministas.* V.9 n.2 Florianópolis: IFCH, 2001.

O GLOBO. **MEC suprime expressão 'orientação sexual' de texto sobre base curricular.** O Globo, Rio de Janeiro, abril de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-suprime-expressao-orientacao-sexual-de-texto-sobre-base-curricular-21174530>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

PINAR, William. **Introduction.** In: PINAR, William (Org.). *Queer Theory in Education.* New Jersey e Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998. p. 1-47.

SÁ, Carolina M.; ROSA, Walquíria M. **A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica.** In: III Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectiva Histórica, 2004, CURITIBA. III Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Curitiba: Fabricado por Adivan High Tech Tecnologia Digital Ltda, 2004. v. 3.

SÁ, Leonardo. **Combater a discriminação para promover a liberdade.** Nova Escola: Revista Digital, maio de 2014. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1473/combater-a-discriminacao-para-promover-a-liberdade>>. Acesso em julho de 2019.

SILVA, Marcos Sérgio. **O que explica a disparada de infecções por HIV entre jovens.** UOL, São Paulo, agosto de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2017/08/15/o-que-explica-a-disparada-de-infeccoes-por-hiv-entre-jovens-brasileiros.htm>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

XIMENES, Salomão; CÁSSIO, Fernando. **Uma Base em falso.** Nexo Jornal, São Paulo, abril de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Uma-Base-em-falso>>. Acesso em 10 de julho de 2019.